
ENTREVISTA COM ROBERTO ACÍZELO DE SOUZA
INTERVIEW WITH ROBERTO ACÍZELO DE SOUZA

Eduardo da Cruz¹
Alvaro Simões Jr.²

Professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde atua desde 1973, Roberto Acízelo Quelha de Souza obteve sua primeira licenciatura em Inglês na Universidade Santa Úrsula em 1970 e, no ano seguinte, licenciou-se em Português/Literaturas pela UERJ. Concluiu também bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1972. No Mestrado e Doutorado, foi orientado por Eduardo Portella. Nos anos de 1994 e 1995, realizou pós-doutoramento na Universidade de São Paulo (USP). É autor de obras fundamentais como *Uma ideia moderna de literatura: textos seminais para os estudos literários* (Chapecó: Argos, 2011) e *Do mito das musas à razão das letras: textos seminais para os estudos literários* (Chapecó: Argos, 2014), obra premiada pela Academia Brasileira de Letras e também contemplada com um Jabuti (Teoria/Crítica Literária). De 1970 a 1989, lecionou em estabelecimentos públicos e privados do ensino básico. Em nível superior, exerceu o magistério na Universidade Estácio de Sá (1972), Universidade de Nova Iguaçu (1972-1987), Universidade Federal do Rio de Janeiro (1973), Universidade Federal Fluminense (1976-2002) e Faculdade de Filosofia de Campos (1987-1988). Por sua vasta experiência no magistério, foi entrevistado por e-mail acerca do ensino de Letras.

MISCELÂNEA — Poderia contar um pouco de sua trajetória de quase quarenta anos como docente de curso superior de Letras? O professor Roberto Acízelo de hoje é muito diferente daquele dos anos 1970? O que mudou?

ACÍZELO DE SOUZA — Na verdade, quase cinquenta anos, pois comecei no magistério universitário em 1972. Fico espantado constatando esse tempo tão

¹ Docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

² Docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

extenso durante o qual estou na profissão, porque francamente não tenho sensação da passagem de tantos anos, e não saberia explicar a razão disso. Mudanças, porém, no meu jeito de atuar como professor certamente houve muitas. Mas talvez a principal, que me ocorre agora, pela provocação da pergunta, é que me tornei muito mais compreensivo com as dificuldades dos alunos no aprendizado das matérias lecionadas. É que, quando comecei, fiquei bastante surpreso com as muitas deficiências dos estudantes, que me pareciam injustificáveis para universitários. O problema é que, tendo-me graduado na UERJ — na época, UEG (Universidade do Estado da Guanabara) — em 1971, isto é, um ano antes de assumir meu primeiro emprego no ensino superior, achei que iria encontrar alunos de nível semelhante aos da minha turma. A expectativa, contudo, ficou longe de cumprir-se, e eu cobrava dos alunos, de modo muito enfático, competências que me pareciam primárias e obviamente exigíveis. Assim, escrever com correção era para mim algo tão básico, principalmente em se tratando de alunos de letras, que não entrava na minha cabeça que as pessoas podiam permitir-se não dominar esse fundamento. Desse modo, ao corrigir provas, por exemplo, eu ia assinalando os erros gramaticais, que eram tantos que até me desviavam a atenção dos conteúdos conceituais das dissertações, isto é, do elemento que em princípio me cabia avaliar. Eu devolvia as provas tão cheias de emendas e observações sobre aspectos de gramática que se tornou comum os alunos me perguntarem se eu era professor de português ou de literatura. Bem, muito cedo entendi que precisava ser mais tolerante. Até porque logo iria saber, conversando com ex-professores da UEG — já então colegas — que o alto nível da minha turma tinha sido uma exceção, não era a regra. E eu mesmo, quando da minha primeira passagem como professor na UEG, em 1975, pude verificar que meus antigos professores tinham razão: o nível e a dedicação aos estudos daquela turma de português-literaturas admitida em 1968 e formada em 1971, que tive a sorte de integrar, não constituía padrão geral, mesmo numa universidade de vestibular exigente, como era a nossa. Enfim, passei a entender melhor as dificuldades dos meus alunos, o que me levou a fazer cobranças de modo — digamos — mais suave, embora sem abrir mão de continuar corrigindo, como eles diziam, o “português” das provas e trabalhos que me apresentavam. Aliás, até hoje adoto esse procedimento, sem nenhuma concessão.

Bem, falei do que mudou nas minhas atitudes como professor; mas, embora a pergunta não tenha sido essa, queria também referir o que penso não ter mudado na minha prática docente. Desde aquele remoto começo em meados do século passado, minhas preocupações didáticas e pedagógicas não se restringem à transmissão dos conteúdos específicos das minhas disciplinas; sempre, e até hoje, procuro ensinar meus alunos a estudar, procurando destacar nas aulas que competências devem adquirir, e como

adquiri-las, para uma boa formação geral em letras. Daí minha insistência no sentido de que cada aluno formule seu próprio programa de estudos autodidáticos, com ênfase nas matérias fundamentais da área, isto é, a meu ver, língua portuguesa, linguística e teoria da literatura. Isso para não falar numa disciplina que figurou de modo fugaz nos nossos currículos dos anos 1970/1980 — com nomes variados (em geral variantes do rótulo *metodologia da pesquisa*), e hoje, ao que me consta, abandonada —, cujo objetivo é fornecer aos estudantes um instrumental de técnicas e métodos para os estudos acadêmicos na área das humanidades.

MISCELÂNEA — A partir de sua experiência, quais as principais mudanças, positivas e negativas, que observa entre os novos professores dos cursos de Letras e os que encontrou no início de sua carreira?

ACÍZELO DE SOUZA — Não acho possível listar em separado pontos positivos e pontos negativos, porque, na minha percepção, esses polos se revelaram interimplicantes. Vou tentar explicar. Quando comecei, poucas pessoas tinham mestrado e doutorado, e a maioria, no início da década de 1970, ia muito lentamente cursando esses níveis, num lapso de tempo raramente inferior a dez anos. A profissionalização, portanto, ainda convivía com o diletantismo, ao mesmo tempo que, com a expansão dos cursos de universitários então em processo no País, a disputa por vagas não chegava a ser grande. Esse estado de coisas foi mudando com certa rapidez: em pouco tempo a formação pós-graduada tornou-se célere e o grande número primeiro de mestres e logo depois de doutores acirrou a disputa por vagas no mercado de trabalho, de modo que se instalou um regime que eu chamaria de ultraprofissional, em que o foco passou a ser verdadeira obsessão por produtividade — escrever e publicar não por um sentimento tranquilo de segurança intelectual, mas pela urgência de reforçar o lattes. Enfim, positivo foi o crescimento da capacitação e do profissionalismo, o que foi ao mesmo tempo negativo, pelo produtivismo em que degenerou.

MISCELÂNEA — E quanto aos discentes dos cursos de Letras, o que mudou com o passar do tempo?

ACÍZELO DE SOUZA — Como disse antes, quando comecei em 1972 me espantei com o despreparo dos meus alunos universitários, os quais, na maioria, tinham cursado o ensino médio no final da década de 1960. Isso significa, se a minha experiência foi típica, que a queda de qualidade no nosso ensino já se observava então. Qualquer brasileiro sabe o quanto vem piorando o nível do ensino em nosso País no curso dos últimos quarenta anos, salvo exceções constituídas em geral por colégios particulares. Por isso, os

alunos chegam aos cursos universitários com deficiências que deveriam ter sido sanadas nos níveis fundamental e médio. E, no caso de cursos basicamente voltados para a formação de professores — caso do de letras —, dado o caráter pouco atraente do magistério para boa parte dos jovens, o fato é que os alunos mais preparados e competitivos vêm optando por outras carreiras. A constatação é triste, mas basta ver que o melhor desempenho em redação nos exames de acesso a cursos universitários não é o dos candidatos a letras. Por outro lado, a reduzida competência no escrever normalmente é correlata de pouca experiência de leitura, e assim, infelizmente, os alunos chegam aos cursos universitários de letras tanto com escassa capacidade de comunicação escrita como com limitado repertório de leituras. Bem, tenho razões para crer, por motivos complexos que não seria possível explicar aqui, pois demandaria muito espaço, que no passado — digamos, antes da década de 1960 — os alunos chegavam aos cursos universitários de letras mais bem preparados. Não adianta, contudo, lamentar a mudança — se é que nessa minha percepção não existe certa idealização do passado, hipótese que não chego a rejeitar de todo; o que o quadro de carências culturais dos estudantes exige dos professores da área e das instituições é prover uma boa formação acadêmica, o que lamentavelmente não vem acontecendo, a começar pelos currículos disfuncionais e caóticos que caracterizam os cursos de letras País afora.

MISCELÂNEA — Nas últimas décadas, o MEC fez sucessivas mudanças nas diretrizes curriculares do curso de Letras, incluindo a obrigatoriedade de determinada carga horária para práticas pedagógicas, estágios supervisionados e atividades acadêmico-científico-culturais extracurriculares. No seu entender, como isso afeta a formação dos novos professores de língua e literaturas?

ACÍZELO DE SOUZA — Sempre me interessei muito pela questão do currículo, e em todas as instituições em que trabalhei fui participante ativo em todos os processos de reformas curriculares. Por isso, tenho acompanhado as mudanças na legislação do Conselho Nacional de Educação e do MEC, e não tenho dúvida de que desde o início deste século essa legislação tornou-se errática, inconstante e confusa. Para encurtar a resposta, forneço apenas um dado: tradicionalmente, a composição curricular da licenciatura em letras — e em todos os demais cursos de licenciatura, isto é, voltados para a formação de professores — era 20% de disciplinas pedagógicas mais 80% de disciplinas específicas (no caso de letras, línguas e literaturas); de uns anos para cá, a partilha tornou-se mais ou menos meio a meio: 50% de disciplinas pedagógicas e 50% de disciplinas específicas de letras. Ou seja: enquanto encolheu o espaço das disciplinas específicas, o das pedagógicas mais do que

dobrou. Em outros termos, resultado aritmético disso: na universidade mais se aprende *como* ensinar do que *o que* ensinar. E, como não me consta ter havido nenhuma revolução no campo das ciências pedagógicas que justifique tamanho aumento de seu território na partilha dos currículos, só posso atribuir isso a um poderoso *lobby* da área de educação junto às instâncias legisladoras. Prejuízo enorme para a formação de professores de língua e literatura (como para professores de todas as demais áreas).

MISCELÂNEA — Nos últimos anos, vimos um processo de expansão do ensino superior, com a criação de novos cursos, novos campi e novas universidades, ampliando a interiorização do ensino universitário. Como avalia esse processo? Quais vantagens e desafios percebe na formação de profissionais de Letras nos novos cursos espalhados pelo país?

ACÍZELO DE SOUZA — Essa expansão, que se deve aos governos petistas, só pode ser festejada. Na minha avaliação, contudo, ela se deu de modo por assim dizer voluntarioso e pouco planejado. Contra os meus prognósticos iniciais, porém, de que tais instituições teriam dificuldades para firmar-se, dado o modo meio improvisado mediante o qual foram sendo implantadas, o fato é que elas aí estão em pleno funcionamento e prestando bons serviços, o que devemos comemorar. Quanto ao que isso representou em termos de novas exigências para a formação de profissionais de letras, francamente acho que nada: a formação oferecida hoje por nossas faculdades anda ruim, mas em geral, e não só para atender a eventuais peculiaridades desses novos cursos que se espalham pelo País. Quando melhorar, a melhora será para a atuação de profissionais tanto em centros já consolidados como em instituições em processo de afirmação; pois a qualidade da formação se revelará inclusive na adaptabilidade dos professores às condições concretas de trabalho que se lhes ofereçam.

MISCELÂNEA — Os dados mais recentes apontam um aumento significativo no número de ingressantes em cursos superiores na modalidade EAD, 40% em 2019, segundo o Censo da Educação Superior do INEP (<http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>). O mesmo Censo indica que o aluno de EAD típico frequenta cursos de licenciatura. Quais dificuldades essa modalidade de ensino pode apresentar para a formação de novos professores da área?

ACÍZELO DE SOUZA — Eu não saberia dizer, já que pouco — quase nada — conheço do assunto. Minha experiência com EAD limitou-se a rapidíssima passagem por um consórcio de universidades públicas do Rio de Janeiro. Participei, com meu colega José Luís Jobim, da preparação de um módulo —

não me lembro se o nome é mesmo esse — para uma disciplina de teoria da literatura. Mas foi um tipo de trabalho que me pareceu muito exigente em habilidades técnicas que me faltam, e que não tenho a menor vontade de aprender. Por isso, não dei continuidade à minha participação, solicitando dispensa. Me faltam assim conhecimento de causa para falar dos problemas que essa modalidade de ensino comporta, mas não tenho dúvidas de que ela pode prestar excelentes serviços à nossa educação. Em princípio, porém, acredito que a EAD não deve simplesmente substituir o ensino presencial; pode ser um complemento dele, e só substituí-lo quando se tratar de atender a alunos de regiões em que a modalidade presencial é inviável.

MISCELÂNEA — Qual o papel do ensino de literatura no curso de Letras? Qual a importância do estudo de literatura para a prática docente do formando que atua ou irá atuar na Educação Básica?

ACÍZELO DE SOUZA — Acho que a educação formal tem três dimensões, todas igualmente importantes, e que se devem integrar e complementar-se mutuamente: educação técnico-científica, educação cívico-política e educação estética. O ensino de literatura, tanto em nível fundamental e médio como em nível superior, se inscreve na dimensão estética da educação, que apresenta fortes tangências com a dimensão cívico-política e relações mais remotas com a dimensão técnico-científica. Como a sensibilização para a literatura como obra de arte deve começar no nível fundamental e prosseguir nos níveis médio e universitário, cabe aos cursos de letras arrematar o processo, com o que formarão professores competentes para o ensino literário em escolas e colégios.

MISCELÂNEA — Com a carga horária exígua para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural nos cursos de graduação em Letras, o que defende como currículo necessário da área de estudos literários? É possível conciliar Teoria Literária, Literatura Comparada, Literatura Brasileira e outras literaturas vernáculas?

ACÍZELO DE SOUZA — Toda vez que participei de reformas curriculares, a tendência sempre foi os currículos crescerem em número de disciplinas e carga horária. Da minha parte, sempre combati essa tendência, em alguns casos até com êxito, defendendo sistematicamente currículos enxutos. Isso porque me parece que o mais decisivo na formação das pessoas não é o elemento didático, mas o autodidático. Os alunos, assim, pensando idealmente, precisam de tempo para estudar em casa e nas bibliotecas, e sobretudo, tratando-se de um curso de letras, para ler, aumentando continuamente o repertório de suas leituras, o que não pode ser feito quando

se permanece excessivamente retido numa sala de aula. E soma-se a isso uma razão pragmática e social para currículos enxutos: hoje boa parte de nossos alunos de letras são trabalhadores estudantes, e é preciso que o dia deles se divida de modo equilibrado entre a jornada escolar e a de trabalho. Como, para se promover uma discussão racional e produtiva sobre currículos, não se deve iniciar pela menção a disciplinas — no caso da pergunta, a questão se prende a possíveis posições para teoria da literatura, literatura comparada, literatura brasileira, outras literaturas vernáculas —, pois assim o processo degeneraria numa queda de braço corporativa — cada grupo reivindicando mais espaço para a sua disciplina —, acho que ficaria no ar qualquer coisa que eu dissesse sobre o modo que me parece adequado para a inserção dessas disciplinas no currículo. Prefiro dizer simplesmente que elas teriam — claro — lugar em currículos verdadeiramente econômicos e funcionais que poderíamos compor, mas não na forma atual, em que se acham mal articuladas entre si e muitas vezes com sobreposições e redundâncias.

MISCELÂNEA — Com o fortalecimento de movimentos sociais de raça e de gênero e suas lutas por representatividade, acredita que o ensino de Literatura deve também procurar abordar outras produções além das já sedimentadas nos cânones nacionais?

ACÍZELO DE SOUZA — Sim, naturalmente. Modos de tratamento da matéria literária em chaves sociais e políticas são sempre pertinentes. Com uma condição, contudo: que isso não implique a desvalorização da perspectiva por assim dizer textual, porque, embora as obras literárias também sejam representações de realidades da natureza, da cultura e da história, elas igualmente são arranjos verbais estéticos, artefatos de palavras artisticamente compostos, e esse seu aspecto é justamente o que as diferencia de outras representações, verbais ou não verbais.

MISCELÂNEA — Com base na sua formação e na sua experiência, que conselhos pode dar para os docentes que estão começando a carreira agora? Como ensinar literatura no século XXI? Como formar professores de literatura?

ACÍZELO DE SOUZA — A palavra *conselho* — da pergunta — me lembrou duas figuras famosas da nossa literatura: o conselheiro Aires e o conselheiro Acácio. Como me falta a sabedoria do primeiro e creio que escapo da sensaboria do segundo, prefiro sair de fininho, fazendo de conta que não ouvi.

Recebido em 10 set. 2020
Aprovado em 12 fev. 2021